

ENERGIA ELÉTRICA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO, COMPETITIVIDADE E SEGURANÇA ENERGÉTICA

Diretrizes da Apine para Candidatos
à Presidência da República



ACESSE O NOSSO SITE



ASSISTA NOSSO
VÍDEO INSTITUCIONAL

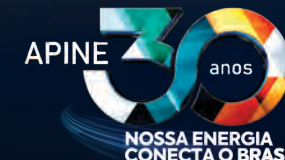


APINE

Associação Brasileira dos Produtores
Independentes de Energia Elétrica

SHS, Quadra 6, Ed. Business Center Tower - Brasil 21 - Bloco "C", Sala 212.
Brasília - DF. CEP: 70316-109

(61) 3226-3130 - apine@apine.com.br - www.apine.com.br





QUEM SOMOS

A **Apine** representa, há 30 anos, empresas de produção independente de energia elétrica do Brasil, contemplando fontes hidrelétricas, eólicas, solares e térmicas.

Somos uma associação técnica e apartidária, comprometida com a eficiência, a sustentabilidade e a segurança energética do país.

Nossos associados respondem por parcela relevante da geração nacional e têm interesse direto no aperfeiçoamento do ambiente regulatório e legislativo do setor elétrico.

POR QUE ESTAS DIRETRIZES?

O setor elétrico brasileiro vive um momento de transformação acelerada: expansão de geração renovável, principalmente distribuída, abertura gradual do mercado, novos padrões de consumo e pressões crescentes sobre as tarifas.

Decisões de governo nos próximos quatro anos terão impacto direto no custo da energia para as famílias e empresas, na atração de investimentos e na confiabilidade do sistema.

Este documento apresenta, de forma objetiva, os temas prioritários da Apine e o que esperamos do próximo governo.

6 TEMAS QUE NÃO PODEM ESPERAR

1 EVITAR O DESPERDÍCIO DE ENERGIA RENOVÁVEL E APRIMORAR A GESTÃO DOS CORTES DE GERAÇÃO

O Brasil já enfrenta cortes recorrentes de geração renovável disponível, em especial por restrições de rede, limitações operativas, desequilíbrios entre expansão da oferta e ausência de sinal econômico com excesso de subsídios.

Esse fenômeno, conhecido como curtailment, reduziu a eficiência do sistema, afetou investimentos já realizados e elevou a percepção de risco para novos projetos.

A expansão acelerada da geração distribuída, sem sinais econômicos adequados e sem coordenação com a operação do sistema, agravará os montantes de excedentes em determinados horários e regiões.

Esse desperdício de energia limpa já disponível representa ineficiência econômica direta, risco de apagão às avessas na operação do sistema, e aumento de custos para o gerador e, por consequência, para o consumidor.

2 GARANTIR REGRAS ESTÁVEIS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS

O Brasil precisa de dezenas de bilhões de reais em novos investimentos no setor elétrico. Esse capital só vem quando os investidores confiam na previsibilidade das regras.

Mudanças abruptas na legislação, especialmente as que alteram contratos já assinados ou alocam custos de forma assimétrica, elevam a percepção de risco, encarecem o financiamento, reduzem a atratividade de novos investimentos e comprometem a expansão da infraestrutura essencial ao crescimento do país.

O país enfrenta hoje uma paralização de investimentos em geração em razão da elevação da percepção do risco e dos novos custos setoriais.



3 REDUZIR O CUSTO DA ENERGIA COM SINAIS CORRETOS DE PREÇO E TARIFAS, COM ALOCAÇÃO EFICIENTE DE CUSTOS

Encargos em excesso, subsídios sem avaliação periódica de custo-benefício e sinais de preço distorcidos comprometem a eficiência do setor.

A correta sinalização econômica, incluindo preços e tarifas que reflitam condições horárias e locais, e a alocação eficiente de custos são essenciais para reduzir tarifas de forma sustentável, preservar investimentos, orientar decisões de consumo e expansão e evitar a transferência indevida de custos entre consumidores.

A ausência do sinal econômico, principalmente nas tarifas dos consumidores, tem resultado na expansão descoordenada de geração distribuída, provocando custos excessivos e riscos sistêmicos.



4 PLANEJAR A EXPANSÃO DO SISTEMA COM VISÃO DE LONGO PRAZO

A geração renovável cresce mais rápido do que a transmissão consegue acompanhar.

Faltam linhas para escoar a energia produzida, o licenciamento de obras estratégicas é lento e a coordenação entre geração, transmissão, distribuição e órgãos de planejamento e regulação ainda é insuficiente.

O próximo governo terá a oportunidade de modernizar o planejamento setorial, aprimorar a regulamentação para os desafios futuros e garantir ao Brasil energia abundante, limpa, acessível e produzida de forma eficiente.



5 ARMAZENAMENTO DE ENERGIA: A CHAVE PARA LIBERAR O POTENCIAL RENOVÁVEL DO BRASIL

O Brasil desperdiça energia renovável porque não tem onde armazená-la nos momentos de excesso.

Sistemas de armazenamento em baterias (BESS) e Usinas Hidrelétricas Reversíveis (UHRs) amenizam esse problema: guardam energia quando a oferta supera a demanda e devolvem ao sistema quando é preciso. Em 2025, o mercado brasileiro de BESS movimentou mais de R\$ 2,2 bilhões — três vezes mais que em 2024.

A EPE projeta que o Brasil pode chegar a 10 GW de capacidade instalada de armazenamento até 2035. Para isso, é preciso um marco regulatório estável, que incentive a instalação em locais apropriados e promova serviços de confiabilidade sistêmica, e um primeiro leilão de armazenamento bem estruturado, que dê sinal claro ao mercado e desbloqueie uma nova fronteira de investimentos no setor elétrico, com a garantia da alocação do custo a todos os beneficiários.

6 NOVOS VETORES DE DEMANDA: DATA CENTERS, VEÍCULOS ELÉTRICOS E HIDROGÊNIO VERDE

O Brasil tem uma das matrizes elétricas mais renováveis do mundo — e isso é uma vantagem competitiva única em um momento em que as maiores empresas globais buscam energia limpa para seus investimentos.

Em novembro de 2025, os pedidos de acesso à rede básica de data centers somavam 26,2 GW (EPE/MME) — volume potencial que, se integralmente atendido, equivaleria a mais de um quarto da demanda elétrica atual, embora a EPE alerte que a maioria dos projetos ainda está em fase inicial, sem garantias contratuais.

As estimativas apontam para US\$ 92 bilhões em investimentos no setor até 2031. Ao mesmo tempo, a frota de veículos eletrificados cresceu 65,5% no primeiro bimestre de 2026 (Anfavea), criando nova demanda energética distribuída.

E o Brasil já conta com 113 projetos de hidrogênio verde e derivados (amônia verde, e-metanol e aço verde), totalizando R\$ 469,2 bilhões em investimentos anunciados (CELA, out/2025). Coordenar esse crescimento com o planejamento elétrico é a oportunidade estratégica da próxima gestão que poderá promover a retomada dos investimentos em geração limpa no país.



O QUE SUGERIMOS AO PRÓXIMO GOVERNO

Solução estrutural para os cortes de geração, com critérios técnicos e transparentes de alocação de custos e riscos.

Revisão periódica dos subsídios e encargos setoriais, com foco em modicidade tarifária.

Planejamento integrado entre geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo a revisão do arcabouço normativo e processual.

Modernização do licenciamento de obras estratégicas, com eficiência e segurança jurídica.

Segurança jurídica e estabilidade regulatória, incluindo a regulamentação equilibrada e tecnicamente consistente dos avanços legais recentes (Lei nº 15.269/2025).

Aprimoramento dos sinais econômicos do setor — preços, tarifas e encargos — com alocação eficiente de custos, de modo a refletir condições horárias e locacionais, permitindo restabelecer a adequada expansão do sistema.

Marco regulatório estável para o armazenamento de energia, com leilão de BESS e UHR bem estruturado que sinalize adequadamente ao mercado.

Estratégia nacional para atração de novos vetores de demanda (data centers, veículos elétricos, hidrogênio verde), aproveitando a vantagem competitiva da matriz renovável brasileira.



— NOSSA POSTURA —

A Apine é uma associação técnica e apartidária. Não apoiamos candidaturas nem nos posicionamos sobre disputas eleitorais.

Nossa contribuição é de natureza propositiva: colocamos à disposição do próximo governo nossa experiência de três décadas, nossa capacidade técnica e nossa representatividade no segmento de geração para construir, juntos, soluções legislativas e regulatórias que sirvam ao Brasil.